



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682661 - SP (2021/0234164-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ELISEU FERNANDO GALDINO MARIANO E OUTRO
ADVOGADOS : ELISEU FERNANDO GALDINO MARIANO - SP282082
ROBERTO ELIAS DE CAMARGO PEREIRA - SP213307
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO OTAVIO AUGUSTO (PRESO)
CORRÉU : GABRIEL HENRIQUE TERTULINO
CORRÉU : BRUNO HENRIQUE APARECIDO RODRIGUES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO OTAVIO AUGUSTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2110130-91.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, incisos I, II e IV, c/c o art. 29, *caput*, ambos do Código Penal.

Os impetrantes destacam haver excesso de prazo na formação da culpa definitiva, uma vez que o paciente se encontra preso desde 03/04/2018, sem que tenha sido julgado pelo Tribunal do Júri.

Sustentam que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Alegam que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Afirmam, por fim, que o paciente faz jus à prisão domiciliar, uma vez que integraria o grupo de risco por ser portador de doença respiratória (e-STJ fl. 6).

Requerem, liminarmente, seja revogada a prisão preventiva do paciente, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias ou seja deferida a prisão domiciliar. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 20/29):

[...]

Não obstante as ponderações lançadas na inicial, o writ deve ser conhecido em parte.

Isso porque, em relação aos pleitos de revogação da prisão preventiva, por ausência dos requisitos ensejadores da custódia cautelar, e relaxamento da

prisão, por excesso de prazo, o presente writ não pode ser conhecido, pois se trata de mera reiteração do Habeas Corpus nº 2214037-33.2020.8.26.0000, distribuído a esta relatoria, cuja ordem foi denegada, por esta colenda 5ª Câmara de Direito Criminal, por votação unânime, em sessão permanente e virtual, contendo o v. acórdão os seguintes termos:

[...]

Anote-se que o d. Magistrado vem cumprindo com rigor o disposto no artigo 316 do Código de Processo Penal, reavaliando periodicamente a necessidade da custódia cautelar (fls. 671/672, 679/680, 686, 703, 709 e 725 processo de conhecimento), inexistindo qualquer irregularidade nas r. decisões de manutenção da prisão preventiva de Paulo Otávio.

No mais, no que diz respeito à substituição da custódia cautelar por prisão domiciliar, a ordem deve ser denegada.

Inobstante a indicação de que o paciente sofra de problemas respiratórios (asma), com a necessidade de uso de “bombinha” (sic), inviável a substituição da prisão preventiva por domiciliar, nos termos do artigo 318, inciso II, do Código de Processo Penal, porquanto não há notícia da extrema debilitação do paciente, tampouco ficou comprovado que Paulo Otávio não está recebendo o adequado atendimento e tratamento medicamentoso em conformidade com sua sintomatologia.

É certo, ainda, que, inegavelmente, a pandemia que assola o planeta não deve servir de salvo conduto para a prática de crimes ou a não responsabilização daqueles que já suportam condenação pela prática deles, cumprindo anotar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

Ademais, importante salientar que a Secretaria de Administração Penitenciária SAP tem adotado providências necessárias para evitar a propagação da pandemia nas unidades prisionais do estado de São Paulo, como isolamento dos possíveis infectados e tratamento adequado.

Como se vê, não demonstraram os impetrantes sofrer o paciente qualquer constrangimento ilegal a ser sanado pelo remédio constitucional que reclama.

Ante o exposto, conhece-se em parte da impetração e, na parte conhecida, denega-se a ordem.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência